

STJ00097494

ANA LÚCIA ALVES DA COSTA ARDUIN

Especialista em Direito Empresarial e Mestre em Direito Comercial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Membro do Instituto de Direito Societário Aplicado – IDSA. Advogada em São Paulo.

A TEORIA JURÍDICA DA EMPRESA NO DIREITO BRASILEIRO

DO COMÉRCIO À ATIVIDADE EMPRESÁRIA, EMPRESA E ESTABELECIMENTO,
EMPRESÁRIO INDIVIDUAL, EIRELI, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS E O
REGIME JURÍDICO DO EMPRESÁRIO

COLEÇÃO IDSA DE DIREITO SOCIETÁRIO E MERCADO DE CAPITAIS

VOLUME 4

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, primavera de 2013
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua Santo Amaro, 316 – Centro – São Paulo

Contato: quartierlatin@quartierlatin.art.br

www.quartierlatin.art.br

Coordenação editorial: Vinicius Vieira

Diagramação: Antonio Marcos Cavalheiro

Revisão gramatical: Ronaldo Santos Soares

Capa: Eduardo Nallis Villanova

ARDUIN, Ana Lúcia Alves da Costa. A Teoria Jurídica da Empresa no Direito Brasileiro: Do Comércio à Atividade Empresária, Empresa e Estabelecimento, Empresário Individual, EIRELI, Sociedades Empresárias e o Regime Jurídico do Empresário. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

ISBN 85-7674-689-1

1. Direito de Empresa. I. Título

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Direito de Empresa

BIB = 227703

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	9
Introdução.....	11

CAPÍTULO 1

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO COMERCIAL, 15

1.1. Introdução	17
1.2. O Comércio na Antiguidade.....	18
1.3. Origem do Direito Comercial na Idade Média	21
1.4. O Direito Comercial como um Direito de Classe	24
1.5. Primeiras Codificações.....	25
1.6. Revolução Industrial e o Código Comercial Francês	27
1.7. Atos de Comércio: as imprecisões da Teoria.....	28
1.8. O Código Comercial Brasileiro	33
1.9. A Unificação Jurisdicional e as Tendências do Direito Comercial em Direção à Empresa	35

CAPÍTULO 2

A TEORIA JURÍDICA DA EMPRESA, 39

2.1. A Empresa e sua Importância na Atualidade	41
2.2. O Conceito Econômico de Empresa.....	43
2.3. A Relevância do Conceito Econômico de Empresa para o Direito	44
2.3.1. O Empresário	48
2.3.2. A Atividade Empresarial.....	50
2.3.3. O Estabelecimento.....	50
2.3.4. A Empresa como Instituição.....	51
2.4. O Enquadramento Jurídico da Empresa.....	53
2.4.1. A Empresa no Código Civil Italiano de 1942	54
2.5. O Código Civil de 2002 e a Teoria Jurídica da Empresa	61
2.6. Teoria Jurídica da Empresa e a Unificação do Direito Privado ...	68

CAPÍTULO 3

AS IMPLICAÇÕES DA ADOÇÃO DA TEORIA JURÍDICA DA EMPRESA NO DIREITO COMERCIAL BRASILEIRO EM RELAÇÃO AO EMPRESÁRIO, 75

3.1. Do Comerciante ao Empresário	77
3.2. Tipos Especiais de Empresário	82

3.2.1. O Pequeno Empresário	82
3.2.2. O Empresário Rural	87
3.3. Atividade Empresária	89
3.3.1. Atividade Profissional Intelectual, de Natureza Científica, Literária ou Artística	91
3.3.2. Empresas de Prestação de Serviços	93
3.3.3. Empresa do Ramo de Imóveis	95
3.3.4. Empresa Pública.....	97
3.4. Sociedade Cooperativa	99
3.5. Sociedade Anônima	104
3.5.1. <i>Holdings</i>	105
3.5.2. Conglomerados e Grupo.....	107
3.6. Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI	108

CAPÍTULO 4

AS IMPLICAÇÕES DA ADOÇÃO DA TEORIA JURÍDICA DA EMPRESA NO DIREITO COMERCIAL BRASILEIRO EM RELAÇÃO AO REGIME JURÍDICO DO EMPRESÁRIO, 115

4.1. Introdução	117
4.2. Regime Jurídico do Empresário	117
4.3. Registro Público de Empresas Mercantis.....	121
4.3.1. Matrícula do Empresário Individual	123
4.3.2. Matrícula da Sociedade Empresária	126
4.3.3. Sociedade Irregular.....	127
4.4. Escrituração Mercantil.....	130
4.5. Demonstrações Contábeis Periódicas	135
4.6. A Proteção ao Nome Empresarial e ao Título do Estabelecimento Empresarial	136
4.6.1. Função do Nome Empresarial	136
4.6.2. Ampliação da Proteção ao Nome Empresarial	139
4.7. Regime Falimentar do Empresário	142
Considerações Finais	147
Bibliografia	157